

-----**ACTA N.º 10/2007**-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Maio de dois mil e sete, pelas catorze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Atendendo ao facto de estar presente nesta reunião o Senhor Armando Neves, para tratar de assuntos de interesse pessoal, o Senhor Presidente da Câmara propôs que esta reunião fosse pública. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, tornar pública a presente reunião.** -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Não havendo nenhum assunto a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu início à “Ordem de Trabalhos”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**APOIO À ÁREA DE ACTIVIDADES – ASSOCIAÇÃO JUVENIL LAGEOSENSE / LAGEOSA DO MONDEGO;**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO:**-----

-----**Requerente: João Esteves Soares;**-----

-----**ACIDENTE DE SERVIÇO:**-----

-----**Funcionária: Aurora da Conceição Gomes Monteiro;**-----

-----**ACIDENTE DE SERVIÇO:**-----

-----**Funcionária: Luisette Margarida Purificação Augusto dos Santos;**-----

-----**IMOBILIÁRIA F.T.P. – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO;**-----

-----**DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO;**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES;**-----

-----**UNICEF – PEDIDO DE DONATIVO;**-----

-----**NÚCLEO 2CV DE COIMBRA;**-----

-----**DESPACHO N.º 40/2007;**-----

-----**CONTRATO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE CONSULTORIA – VALORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PNSE;**-----

-----**FORNECIMENTO DE ESPELHO PARABÓLICO PARA A E.N. 17;**-----

-----**REQUALIFICAÇÃO DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE CELORICO DA BEIRA:**-----

-----**RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS;**-----

-----**ADJUDICAÇÃO DA OBRA;**-----

-----**APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO.**-----

-----I - **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E SETE** -----

-----Foi presente a acta número nove, da reunião ordinária do Executivo de dois de Maio de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

-----Abstve-se o Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes, por não ter estado presente na referida reunião. -----

-----II - **COOPERATIVA DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL, LOCAL E REGIONAL, C.R.L.** -----

-----**ASSUNTO:** APOIO FINANCEIRO PARA PUBLICAÇÃO DE LIVRO -

-----Foi presente ofício n.º 138 datado de vinte e seis de Abril do corrente ano, proveniente da Cooperativa de Planeamento e Desenvolvimento Rural, Local e Regional, referindo que a Cooperativa tem em fase adiantada, para publicação de um livro “Inovação e Dinâmicas de Desenvolvimento”. Todavia, a PLANICÔA, não dispõe de meios financeiros que lhe permita custear as despesas inerentes à edição deste livro. -----

-----Assim, vêm solicitar o patrocínio da referida publicação, através da compra de cinco ou mais exemplares, com o valor unitário de 19,90€. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir cinco exemplares do livro “Inovação e Dinâmicas de Desenvolvimento”, à Cooperativa de Planeamento e Desenvolvimento Rural, Local e Regional, pelo valor unitário de 19,90€.-----

-----III - **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**-----

-----**ASSUNTO:** INTERREG III A - ESPANHA – PORTUGAL -----

-----Foi presente ofício n.º 19723-1710AC/07, do PCP – Partido Comunista Português, datado de vinte e três de Abril do corrente ano, dando conhecimento da cópia do Requerimento que formulou ao Governo, no passado dia 11 de Abril, sobre **INTERREG III A – Espanha – Portugal**. -

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ASSUNTO: TAXA DE DEPOSIÇÃO EM ATERRO, APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 178/2006, DE 5 DE SETEMBRO** -----

-----Foi presente ofício n.º 20346-2667APMT/07, do PCP – Partido Comunista Português, datado de trinta de Abril do corrente ano, dando conhecimento da cópia do Requerimento ao Governo, sobre a **Taxa de Deposição em Aterro, aplicação do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro**. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**IV - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: PAGAMENTO DE ALMOÇOS DE JARDIM DE INFÂNCIA** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dois de Maio de dois mil e sete, informando que deu entrada na Autarquia de Celorico da Beira, um ofício enviado pela Associação Lageosense de Solidariedade Social, datado de 11 de Abril no qual é solicitado à Autarquia a reposição de dinheiro.-----

-----O Senhor Vice-Presidente fez saber ao Gabinete de Acção Social, que o preço unitário das refeições dos alunos de Jardim de Infância passa a ser 2,50€, sendo este o preço a praticar junto de todas as entidades que forneçam almoços a esta faixa etária, no corrente ano lectivo.-----

-----A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção, efectuar o pagamento dos almoços do Jardim de Infância da Associação Lageosense de Solidariedade Social, desde o início do ano lectivo (Setembro), no valor unitário de 2,50€. Sendo este o preço a praticar junto de todas as entidades que forneçam almoços a esta faixa etária, no corrente ano lectivo.-----

-----Absteve-se o Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes, por fazer parte da referida Associação. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ALIMENTAÇÃO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de três de Maio de dois mil e sete, informando que de acordo com o Regulamento de Acção Social Escolar, as crianças com necessidades educativas especiais integradas no pré-escolar e ensino regular ao nível do Básico – 1º Ciclo terão garantido o acesso e a frequência a uma educação de qualidade, independentemente do tipo ou grau de deficiência e do nível sócio-económico das famílias.-----

-----Segundo o artigo 5, n.º 3 “Para situações de crianças com deficiência só existe um único escalão. O agregado familiar irá auferir a comparticipação financeira correspondente ao escalão A ...”, sendo o escalão A correspondente à isenção. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de alimentação no ano lectivo de 2006/2007, os alunos Luís Filipe Agostinho Dias e Vítor Manuel Alves Santos, do escalão A.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: REVISÃO DO PROCESSO DA INSCRIÇÃO NA VALÊNCIA DE COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA INSTITUIÇÃO DE SANTA LUZIA DO ALUNO JOÃO CARLOS PRATAS ABRANTES** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dez de Maio de dois mil e sete, informando que o Gabinete de Acção Social analisou o processo em causa no início do Ano Lectivo 2006/2007 e mediante essa análise definiu o valor a pagar, sendo que, o método para se efectuar a fórmula do respectivo pagamento tem como valor base o salário mínimo nacional. O valor da mensalidade é determinado em função do rendimento “per capita” do agregado familiar, tal como o previsto no Regulamento Creche/ATL/Componente de Apoio à Família, sendo este, de 174,30€. -----

-----Na sequência da recepção de um ofício enviado pelo Município no dia 10 de Abril, que tinha como assunto o débito das mensalidades da Componente de Apoio à Família (dos meses de Setembro a Fevereiro 2007, no valor de 289,98€), o agregado familiar em causa solicitou por ofício, dirigido ao Senhor Presidente uma revisão ao respectivo processo da Inscrição na Valência da Componente de Apoio à Família na Instituição de Santa Luzia, no que diz respeito ao pagamento da mensalidade, face aos encargos financeiros existentes neste agregado e pelo facto de o pai do aluno ter ficado desempregado. -----

-----Actualmente o Senhor Rodolfo Manuel Felício Abrantes encontra-se a frequentar um curso de “Valorização e Conservação do Património Florestal e Ambiental”, promovido pela Celflor, desde o dia 23 de Abril, auferindo o salário mínimo nacional em vigor no valor de 403,00€, mais subsídio de refeição. Deste modo, os rendimentos do agregado sofreram novamente alterações, estando apenas desempregado durante o período de 26 de Março a 23 de Abril, sem auferir qualquer prestação social. -----

-----Conforme o solicitado pelo utente a situação é revista, tendo por base a situação familiar actual, sendo aplicada a fórmula em função do rendimento mensal “per capita” do agregado e não em função do rendimento anual. Assim, considerando como rendimento mensal a bolsa de formação e o vencimento, este agregado auferirá um rendimento mensal

no valor de 761,67€ e tem como despesa o valor de 325,73€. Perante esta situação financeira o rendimento per capita actualmente é de 145,31€.-----

-----Assim, conclui-se que tal como deliberado em reunião de câmara do dia 8 de Novembro de 2006, os agregados que auferiram uma capitação igual ou inferior a 150,00€, efectuem o pagamento da mensalidade no valor de 25,00€.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja liquidado o montante de 339,98€ (trezentos e trinta e nove euros e noventa e oito cêntimos), referente às prestações em atraso dos meses de Setembro a Março. Pagando a partir do mês de Abril (inclusive), uma mensalidade de 25,00€.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: PAGAMENTO A TAREFEIRA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de oito de Abril de dois mil e sete, informando que em virtude da Baixa Médica do Tarefeiro Davide Luís Nunes Saraiva, da Escola EB1 da Lageosa do Mondego, desde o dia 12 a 24 de Abril (inclusive), o mesmo teve que ser substituído pela Senhora Maria da Conceição dos Santos Fonseca do Nascimento.-----

-----A Senhora trabalhava 2h 30m por dia, tendo trabalhado 9 dias no mês de Abril. Assim, propõe-se o pagamento no valor de 5,00€/hora (o mesmo valor pago ao tarefeiro) mais IVA, num total de 135,13€.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja efectuado o pagamento à Tarefeira, Senhora Maria da Conceição dos Santos Fonseca do Nascimento num total de 135,13€ (cento e trinta e cinco euros e treze cêntimos).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÉBITO DE ATL**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dez de Maio de dois mil e sete, informando que presentemente o agregado familiar é constituído pela mãe e dois filhos menores e após o falecimento do marido Senhor António Carlos, foi cessada a Prestação de Rendimento Social de Inserção que auferia desde Fevereiro de 2006.-----

-----A partir do início de Maio o rendimento económico da família é nulo tendo que requerer novamente o RSI e aguardar que este processo seja deferido assim como o da Pensão de Sobrevivência.-----

-----Como a situação sócio-económica da família tem sido complicada, deixaram acumular o pagamento do ATL até Fevereiro tendo recebido uma carta da autarquia com o débito no valor de 178,80€. Nesta sequência, foi realizado pela Senhora Otilia, um pedido do pagamento do débito do ATL dos seus educandos Inês Isabel e Pedro Gabriel no valor de 178,80€.-----

-----Após visita domiciliária verificou-se que o agregado familiar vive em condições precárias de habitabilidade.-----

-----Perante a situação exposta e pelo facto das prestações sociais ainda serem um processo demorado, o Gabinete de Acção Social considera que esta família, no ano lectivo 2006/2007 não tem condições para efectuar o referido pagamento dos seus educandos.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de débito de ATL no ano lectivo de 2006/2007, os educandos Inês Isabel Cordeiro Martins e Pedro Gabriel Cordeiro Martins. Ficando isentos deste pagamento para o resto do ano lectivo de 2006/2007.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**V - DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA RESTAURAÇÃO E BEBIDAS, SALÃO DE JOGOS E QUARTOS PARTICULARES - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**-----



-----**Requerente: Agostinho Albuquerque e Judite, L.da**-----

-----Foi presente requerimento n.º 122, datado de sete de Fevereiro de dois mil e sete, em nome de Agostinho Albuquerque e Judite, L.da, pretendendo a aprovação do projecto de arquitectura, referente à Ampliação de um edifício para restauração e bebidas, salão de jogos e quartos particulares, sita no Lugar dos Murtórios, freguesia de Linhares da Beira, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente PDM, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. 177/01 de 04/06 e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que para a aprovação pretendida pelo requerente, pretende o mesmo que sejam utilizadas as mesmas peças escritas e desenhadas existentes no processo inicial, de acordo com o art.º 72º do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado pelo D.L. n.º 177/01 de 4 de Junho.-----

-----Face ao exposto informa-se que o processo inicial foi analisado com outra legislação que actualmente já se encontra revogada, pelo que deste modo deverá o requerente instruir novo processo em conformidade com a legislação em vigor.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**VI - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: A25 - LANÇO MANGUALDE - GUARDA - SUB-LANÇOS: FORNOS DE ALGODRES / RATOEIRA NASCENTE / IP2**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de três de Abril do corrente ano, que se apensa a esta acta (**anexo I**), referindo que dando cumprimento ao despacho do Senhor Presidente de 13/03/2007, dá conhecimento das ocorrências, no que diz respeito ao assunto supra referenciado.-----

-----Na sequência das reuniões ocorridas no sentido de serem sanadas as situações relativas às reclamações dos munícipes, foi enviada comunicação em 31/01/2007 à Aenor, Centro de Apoio e Manutenção de Viseu; Lusitânia – Construtora das Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta, A.C.E. e Direcção de Estradas do Distrito da Guarda, dando conhecimento das solicitações por parte do Município. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VII - ORGANIZAÇÃO DO V.º GRANDE TORNEIO DE FISGAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: APOIO AO TORNEIO DE FISGAS**-----

-----Foi presente requerimento datado de quatro de Maio de dois mil e sete, em nome da Organização do V.º Grande Torneio de Fiskas de Celorico da Beira, referindo que no dia 19 de Maio de 2007 irá realizar-se a quinta edição do torneio de fiskas em Celorico da Beira e solicitam para o efeito um apoio financeiro.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 150€ (cento e cinquenta euros), à Organização do V.º Grande Torneio de Fiskas de Celorico da Beira.**-----

-----**APOIO À ÁREA DE ACTIVIDADES – ASSOCIAÇÃO JUVENIL LAGEOSENSE / LAGEOSA DO MONDEGO**-----

-----No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, a Associação Juvenil Lageosense, sediada em Lageosa do Mondego, candidatou-se, na área de Actividades. O pedido formulado está orçamentado em 5 180,00€ (cinco mil, cento e oitenta euros). -----

-----Nessa sequência, foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro no valor de 1 000,00€ (mil euros).-----

-----Sobre o assunto, foi presente parecer do Gabinete de Acção Social, informando que, de acordo com os critérios definidos no Regulamento do PAA, propõem a atribuição de um apoio financeiro no valor de 400,00€ (quatrocentos euros). -----

-----**No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, atribuir um subsídio à Associação Juvenil Lageosense, no valor de 400,00€ (quatrocentos euros), para actividades.**-----

-----**Absteve-se o Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes, por fazer parte da referida Associação.** -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: João Esteves Soares**-----

-----Foi presente requerimento n.º 408, datado de nove de Maio de dois mil e sete, em nome de João Esteves Soares, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Aldeia Rica, freguesia de Açores, inscrito sob o artigo matricial número quatrocentos e oitenta e um, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art. 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em mil novecentos e oitenta e sete, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um.-----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

#### -----ACIDENTE DE SERVIÇO-----

-----Funcionária: Aurora da Conceição Gomes Monteiro-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia oito de Maio de dois mil e sete, pelas nove horas e cinco minutos, referente à funcionária Aurora da Conceição Gomes Monteiro Ascensão, com a categoria de Técnica de 1ª Classe, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

#### -----ACIDENTE DE SERVIÇO-----

-----Funcionária: Luisette Margarida Purificação Augusto dos Santos-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia onze de Maio de dois mil e sete, pelas dez horas e trinta minutos, referente à funcionária Luisette Margarida Purificação Augusto dos Santos, com a categoria de Cozinheira, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

#### -----IMOBILIÁRIA F.T.P. – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de vinte e três de Abril de dois mil e sete, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe, há duas questões por dar resposta: -

-----Um – Alteração ao Loteamento, solicitada pelo promotor;-----

-----Dois – Recepção provisória das obras de urbanização.-----

-----Em 2005/09/26, através do requerimento n.º 918, o promotor solicita a aprovação de alterações apresentado.-----

-----A alteração pretendida não interfere com as obras de urbanização, por se confinarem a alterações dentro dos lotes para construção. Consistem em alterar o alinhamento dos lotes 8 e 9, para que fiquem alinhados com os restantes lotes contíguos; alterar alguns valores relativos aos lotes 3,4,5,6 e 7, nomeadamente as áreas dos lotes, área de implementação e área de construção para habitação (alteração às especificações do alvará).-----

-----Relativamente à recepção provisória de 2006/04/20, consta que “(...) os trabalhos executados não se encontravam em conformidade com os projectos aprovados, nomeadamente o projecto de águas pluviais e o projecto de águas residuais”. Esta desconformidade acontecia junto dos lotes n.º 1 e n.º 2. Na vistoria verificou-se que apesar de estar, em projecto, prevista a ligação directa das águas residuais à rede pública, tal não era possível sem ser efectuada a bombagem das águas residuais, não sendo possível tal escoamento por gravidade.-----

-----Havia sido solicitado ao promotor que a colocação da(s) bomba(s) elevatória(s) para bombagem das águas residuais fosse prevista em espaço público, e executadas, no âmbito das obras de urbanização. A Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo considera que estes dispositivos devem ficar localizados dentro dos lotes privados, devendo ser os referidos projectos apresentados com os projectos de especialidades aquando do licenciamento das habitações no âmbito do licenciamento das obras particulares.-----

-----Se as mesmas forem executadas no âmbito das obras de urbanização e em espaço público, poderá acontecer que aquando da construção das habitações, as mesmas já estejam avariadas ou degradadas, e estando construídas em espaço público, a responsabilidade da sua manutenção é da Câmara Municipal.-----

-----O projecto referente às bombas elevatórias das águas residuais deveria ser apresentado aquando do licenciamento das habitações nas

obras particulares, fazendo parte dos projectos de especialidades da edificação e não do loteamento, e ficando a responsabilidade da manutenção das mesmas dos proprietários dos lotes. -----

-----Aquando da vistoria para a recepção provisória, foi dito pelo representante do promotor que os projectos referentes às bombas seriam apresentados com os projectos das edificações no licenciamento de obras particulares e seriam construídas simultaneamente com as edificações, e não no âmbito das obras de urbanização, porque entretanto poderiam avariar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao loteamento, solicitada pelo promotor e aprovar a recepção provisória das obras de urbanização.** -----

-----**Mais foi deliberado, por unanimidade, que as bombas das águas residuais devem ficar localizadas dentro dos lotes privados, devendo ser os referidos projectos apresentados com os projectos de especialidades aquando do licenciamento das habitações no âmbito do licenciamento das obras particulares.** -----

#### -----**DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de quinze de Maio do corrente ano, com o seguinte teor: -----

-----“Foi solicitado a este gabinete, parecer jurídico pelo Gabinete Técnico Florestal, quanto à devolução de caução prestada no acto de levantamento da credencial para o acto de caça, nos termos do Despacho n.º 73/2006 de 1 de Agosto. -----

-----A caução destinou-se a assegurar a entrega da braçadeira e do registo de abate na Câmara Municipal até 31 de Março de 2007. -----

-----A caução assim estabelecida, é uma sanção a aplicar a quem não pratique esse acto, considerando-se a caução quebrada. -----

-----No caso de quebra, o valor da caução reverte a favor da Autarquia.”--

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao levantamento da caução e proceder à abertura do concurso para aquisição de 300 coelhos para repovoamento da Zona de Caça Municipal de Celorico da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número seis, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo II)**.-----

-----**UNICEF – PEDIDO DE DONATIVO**-----

-----Foi presente ofício número CPURS70-2023 proveniente da UNICEF, solicitando um donativo, que irá permitir à UNICEF fornecer Sais de Reidratação Oral suficientes para tratar 100 crianças.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50€ (cinquenta euros) à UNICEF.**-----

-----**NÚCLEO 2CV DE COIMBRA**-----

-----Foi presente ofício datado de doze de Maio do corrente ano, proveniente do Núcleo 2CV de Coimbra, agradecendo em seu nome e em nome do Clube Francês NOREV, de Noyal-sur-Vilaine, Bretanha, a forma generosa e exemplar como a Câmara Municipal os recebeu, no final do eco-raide “Baroudeurs em Portugal 2007”.-----

-----Pedindo que tornasse extensivo este agradecimento ao senhor Manuel Cunha, que tal como nas edições anteriores, teve a gentileza de ceder aos participantes a sua propriedade rural e instalações na Ratoeira, para poderem montar o *bivouac*, antes do regresso a França.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**DESPACHO N.º 40/2007**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Despacho n.º 40/2007 de dezassete de Maio do corrente ano, que se apensa a esta acta (**anexo III**), com o seguinte teor:-----

-----“Considerando que o Município possui um parque de viaturas que não faz face às necessidades existentes;-----

-----Considerando que o executivo decidiu implementar um sistema de apoio domiciliário aos munícipes idosos de pequenos arranjos;-----

-----Considerando que se encontrou uma viatura usada Renault Kangoo com as características ideais para as tarefas a realizar e em bom estado; ---

-----Adjudique-se a aquisição da viatura 49-32-JM à empresa Maria Adelaide Antunes Baptista & Filho, Lda, com base no estipulado no Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a aquisição da referida viatura, pelo valor de 4.000€ (quatro mil euros) com IVA à taxa legal em vigor incluído.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho n.º 40/2007, emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de dezassete de Maio de dois mil e sete, para a aquisição da viatura 49-32-JM à empresa Maria Adelaide Antunes Baptista & Filho, Lda, pelo valor de 4.000€ (quatro mil euros).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**CONTRATO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE CONSULTORIA – VALORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PNSE**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do número três do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e



nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei número cinco – A, dois mil e dois de onze de Janeiro, o contrato entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira, a Câmara Municipal da Covilhã, a Câmara Municipal de Gouveia, a Câmara Municipal da Guarda, a Câmara Municipal de Manteigas, a Câmara Municipal de Seia e a EGP – Escola de Gestão do Porto que fica apenso a esta acta (**anexo IV**), em que as seis primeiras entidades mandam realizar, e a sétima entidade compromete-se a realizar, um “Estudo de Consultoria” tendente a esclarecer oportunidades e caminhos de valorização dos Municípios que integram a área do Parque Natural da Serra da Estrela.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as assinaturas do Contrato entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira, a Câmara Municipal da Covilhã, a Câmara Municipal de Gouveia, a Câmara Municipal da Guarda, a Câmara Municipal de Manteigas, a Câmara Municipal de Seia e a EGP – Escola de Gestão do Porto.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**FORNECIMENTO DE ESPELHO PARABÓLICO PARA A E.N. 17**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 279/2007, datada de dezassete de Maio de dois mil e sete, referindo que analisado o assunto e após deslocação ao local, verifica-se a necessidade da colocação de um espelho parabólico na aldeia da Carrapichana, no entroncamento da Estrada Nacional 17 com a Avenida Dr. Marques Fernandes, melhorando assim a visualização rodoviária e permitindo dessa forma a redução de acidentes nessa localidade.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, colocar um espelho parabólico na aldeia da Carrapichana, no entroncamento da Estrada Nacional 17 com a Avenida Dr. Marques Fernandes.**-----

-----**REQUALIFICAÇÃO DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**Relatório final de Análise de Propostas**-----

-----**Adjudicação da Obra**-----

-----**Aprovação da Minuta de Contrato**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de quinze de Maio do corrente ano, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente ao assunto em epígrafe, propõe-se:-----

-----1 – Aprovar o Relatório Final de Análise das Propostas, nos termos do artigo 102º do Decreto – Lei n.º 59/99, de 02 de Março;-----

-----2 – Deliberar sobre a adjudicação da obra à firma **Constrope – Construções, S.A.**, com a Proposta Condicionada no valor de **123.243,96€ + IVA** e prazo de execução de **90 dias**, e ainda, a aprovação da respectiva minuta e celebração do contrato, nos termos da alínea q), do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório Final de Análise de Propostas e adjudicar a obra em epígrafe à firma Constrope - Construções S.A., Proposta Condicionada no valor de 123.243,96€ (cento e vinte e três mil, duzentos e quarenta e três euros e noventa e seis cêntimos) + IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de 90 dias, e aprovar a respectiva minuta do contrato.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número dois e número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção dos munícipes presentes.-----

-----O Senhor Armando Neves, Vice-Presidente do Município, no anterior mandato, começou por cumprimentar todos os presentes e referir que por razões profissionais inadiáveis, não lhe foi possível estar presente na última reunião pública do Executivo. -----

-----Disse que o assunto que o trouxe a esta reunião, tem como consequência a última sessão da Assembleia Municipal e que gostava de ver esclarecidas algumas situações, que na sua perspectiva considera importantes, referentes ao seu subsídio de reintegração. -----

-----Começou por referir que a autarquia tinha inicialmente liquidado 50% do subsídio e acordado pagar o restante em Março de 2006, mencionou uma reunião tida com o Senhor Vereador António Silva, onde disse que devido às dificuldades financeiras da Autarquia não apresentava nenhuma proposta de pagamento e que lhe pagassem quando tivessem disponibilidade. -----

-----Frisou que durante todo este processo sempre se mostrou disponível para acordar a forma de pagamento que melhor conviesse ao Executivo, de modo a não prejudicar a normal gestão da Autarquia, nunca impondo prazos, tendo somente solicitado um plano de pagamentos. -----

-----Relativamente à última carta enviada ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que a mesma foi feita num contexto de desespero, dado que após várias tentativas para resolver o assunto, nunca lhe foi apresentada qualquer solução. -----

-----Assim sendo, estranha a discussão do assunto em sessão da Assembleia Municipal, bem como a apresentação de um plano de pagamento, até porque, na sua opinião, este órgão não tem qualquer competência para deliberar sobre este assunto. -----

-----Por último e atendendo à relação cordial que sempre manteve com o actual Executivo, solicita que providenciem no sentido de os Deputados Municipais serem informados dos esclarecimentos por si prestados nesta

reunião, uma vez que, na sua opinião a informação que foi veiculada nesse órgão não corresponde ao relato fidedigno dos factos.-----

-----Pretendeu também ser esclarecido sobre o facto de não ter sido dada uma resposta ao ofício da Escola EB 2/3 de Trancoso, solicitando uma prova de queijo no Solar do QSE e um guia para acompanhar a visita dos alunos e professores daquela escola ao Museu do Agricultor e à aldeia histórica de Linhares. -----

-----Em resposta ao Senhor Armando Neves, o **Senhor Presidente da Câmara**, começou por dizer que este processo teve início logo após a tomada de posse do actual Executivo, que dentro das suas possibilidades financeiras tudo fez para liquidar o referido subsídio, não obstante terem herdado uma Câmara em ruptura financeira e com uma gestão caótica. ----

-----Durante todos os contactos mantidos, tal como o Senhor Armando Neves nunca exigiu o pagamento imediato, o Executivo também nunca se refutou à sua liquidação, tendo, aliás pago 50% de imediato. -----

-----A situação financeira da autarquia não permitia cumprir muitas das obrigações assumidas pelo anterior Executivo e todos os dias recebiam novos problemas para solucionar, perante esta conjuntura, nada favorável, para quem estava a iniciar o seu mandato, alguns casos tiveram que ter, obrigatoriamente um tratamento prioritário.-----

-----Lamenta o facto de não ter sido possível resolver o assunto com maior celeridade, mas tal como referiu anteriormente, problemas com maior gravidade, designadamente, penhoras e dívidas coercivas sobrepuseram-se à intenção de liquidar o subsídio de reintegração ao Senhor ex-Vice-Presidente, que é seu por direito, atendendo à legislação em vigor. -----

-----Esclareceu que o assunto foi submetido à apreciação da Assembleia Municipal essencialmente pelo facto de, por diversas vezes a Presidente deste órgão ter solicitado que o Executivo cumprisse as suas obrigações

perante os Deputados Municipais. Foi tratado com a maior transparência e anuência da maioria dos presentes. -----

-----Informou ainda que as actas das reuniões do Executivo Camarário são distribuídas para os Deputados Municipais.-----

-----No que concerne ao ofício enviado pela Escola EB 2/3 de Trancoso informou que o mesmo foi objecto de despacho, sendo enviado para tratamento, para a secção competente. -----

-----Questionada a funcionária do Gabinete de Turismo sobre o assunto, informou que entrou em contacto com a escola para combinar os detalhes da visita, tendo ficado acordado que a mesma se iniciaria pelas 14:00h, do dia 10 de Maio, junto à Escola EB 2/3 de Celorico da Beira. No dia e hora acertado deslocou-se um funcionário desta Autarquia ao local, tendo os Senhores Professores que acompanhavam o grupo dispensado o serviço de guia. -----

-----O **Senhor Vereador António Silva** esclareceu que o assunto foi submetido à Assembleia Municipal por considerar que não tinham sido adoptados critérios de igualdade, dado que liquidou 50% da dívida ao Senhor Armando Neves e não fez o mesmo com os restantes eleitos locais e deputados municipais. -----

-----Informou que o plano de pagamento aprovado em Assembleia Municipal indica os meses de Maio, Setembro e Outubro para liquidação das respectivas tranches, no valor de 2 631,88€ cada. Dada a delicada gestão de tesouraria da Autarquia este plano foi o possível, atendendo que todos os dias aparecem novas situações que exigem esforços financeiros extras.-----

-----O **Senhor Vereador Rui Correia** disse que o Senhor Armando Neves apresentou o assunto de uma forma clara e respeitosa, elogiou a sua paciência no desenrolar dos acontecimentos e frisou que, com um

pouco de boa vontade e humildade, por parte do Executivo em funções, certamente o problema estaria solucionado. -----

-----Salientou que embora a Câmara tenha passado por uma situação financeira menos boa, não justifica o facto de não terem dado pelo menos uma explicação, uma vez que estavam numa situação de incumprimento. ---

-----O **Senhor Vereador Hélder Bruno** salientou a boa vontade que o Senhor Armando Neves demonstrou ao longo de todo o processo e referiu que houve um claro incumprimento de prazos por parte da Autarquia e questionou o facto de este assunto ter sido submetido à apreciação da Assembleia Municipal, sem ter sido agendado para o efeito e o mesmo não ter sido presente a nenhuma reunião de Câmara para dar conhecimento aos Vereadores da oposição.-----

-----O **Senhor Vereador José Luís Cabral** disse que esta situação irá, certamente, ser resolvida e se a Autarquia tivesse disponibilidade financeira para o fazer, pagaria a todos os credores, sem excepção. -----

-----Em relação ao Senhor Armando Neves, disse que não existe má vontade das partes e atendendo à relação de cordialidade e amizade que sempre mantiveram, irão decerto reunir-se e resolver a situação. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----